

As políticas promocionais e as estratégias de divulgação da Língua Portuguesa no período colonial e pós-independência em Moçambique

Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2910-6963>

José Luis Dias **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6562-5904>

RESUMO: O presente estudo intitulado Políticas Promocionais e as Estratégias de Divulgação da Língua Portuguesa no período colonial e pós-independência em Moçambique, objectiva fazer uma análise comparativo-contrastiva do estatuto das línguas bantu de Moçambique e da língua portuguesa antes, durante e depois da luta pela independência de Moçambique, alcançada em 1975. A pesquisa é meramente bibliográfica, baseada na interpretação de informações publicadas em forma de livros. Assim, visamos discutir neste artigo como, partindo do pressuposto de que a língua é dinâmica, a língua portuguesa, língua de unidade nacional em Moçambique, coabita com as línguas bantu, num mesmo espaço social, e quais foram, no período anterior à independência, e têm sido, no posterior à independência, as estratégias concorridas para promover e divulgar a língua portuguesa. À luz das investigações feitas, ficou evidente que independentemente do uso das línguas locais a língua portuguesa tem sido fomentada dentro e fora do território moçambicano, visto ser Moçambique um Estado membro da CPLP onde, por conseguinte, existem objectivos comuns concernentes à divulgação internacional do português.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas promocionais; Estratégias de divulgação; Língua Portuguesa

Promotional policies and strategies for the dissemination of the Portuguese language in the colonial and post-independence period in Mozambique

ABSTRACT: The present study entitled Promotional Policies and Strategies for Dissemination of the Portuguese Language in the colonial and post-independence period in Mozambique, aims to make a comparative-contrastive analysis of the status of the Bantu languages of Mozambique and the Portuguese language before, during and after the struggle for independence from Mozambique, achieved in 1975. The research is purely bibliographical, based on the interpretation of information published in book form. Thus, we aim to discuss in this essay how, based on the assumption that the language is dynamic, the Portuguese language, the language of national unity in Mozambique, cohabits with the Bantu languages, in the same social space, and which were, in the period prior to independence, and have been, in the post-independence period, the strategies used to promote and disseminate the Portuguese language. In the light of the investigations carried out, it was evident that, regardless of the use of local languages, the Portuguese language has been promoted inside and outside Mozambican territory, since Mozambique is a member state of the CPLP, where, therefore, there are common objectives concerning the international dissemination of Portuguese.

KEYWORDS: Promotional policies; dissemination strategies; Portuguese language.

* Doutoranda em Língua, Cultura e Sociedade pela Universidade Zambeze – Moçambique; Docente na Universidade Púnguè, Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades – Curso de Português. E-mail: enahia78@gmail.com

** Doutorado em Inovação Educativa; Docente do Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) – Divisão de Economia, Gestão e Turismo, Distrito de Vanduzi – Posto Administrativo de Chiremera – Moçambique. E-mail: dias.jose34@gmail.com

CHIGWAGWA: Chidzidzo chezvino chine musoro wePromotional Policies and Strategies for Dissemination of the Portuguese Language in the colonial and post-independence period in Mozambique, inotarisira kuita kuenzanisa-kupesana kuongororwa kwechimiro chemitauro yeBantu yeMozambique uye mutauro wechiPutukezi zvisati zvaitika, panguva uye mushure mehondo yerusununguko kubva kuMozambique, yakaitwa muna 1975. Tsvakurudzo iyi ndeyezvinyorwa zvebhaibheri chete, zvichibva mukududzirwa kwemashoko akadhindwa mubhuku. Nokudaro, tinoda kukurukura munyaya ino kuti, zvichienderana nekufungidzira kuti mutauro une simba, mutauro wechiPutukezi, mutauro wekubatana kwenyika muMozambique, kugarisana nemitauro yeBantu, munzvimbo imwechete yemagariro evanhu, uye izvo zvaive, nguva isati yasununguka, uye yave iri, munguva yekusununguka, mazano anoshandiswa kusimudzira nekuparadzira mutauro wechiPutukezi. Nekuferefeta kwakaitwa, zvaiva pachena kuti, pasinei nekushandiswa kwemitauro yeko, mutauro wechiPutukezi wakasimudzirwa mukati nokunze kwenharaunda yeMozambique, sezvo Mozambique iri nhengo yeCPLP, uko, naizvozvo, kune. zvinangwa zvakafanana maererano nekuparadzirwa kwenyika dzechiputukezi.

MASOKO EKUTSIGIRA: Mitemo yekusimudzira; nzira dzekuparadzira; mutauro wechiPutukezi.

Introdução

O presente ensaio objetiva fazer uma análise comparativo-contrastiva do estatuto das línguas bantu de Moçambique e da língua portuguesa antes, durante e depois da luta pela independência de Moçambique, alcançada em 1975. É importante compreender, de acordo com Timbane (2013, p. 17), que a “língua não é um sistema uno, invariado, estático, mas, necessariamente, abriga um conjunto de variedades, variantes e dialectos.” Assim, visamos discutir neste ensaio como, partindo do pressuposto de que a língua é dinâmica, a língua portuguesa, língua de unidade nacional em Moçambique, coabita com as línguas bantu, num mesmo espaço social, e quais foram, no período anterior à independência, e têm sido, no posterior à independência, as estratégias concorridas para promover e divulgar a língua portuguesa.

Ainda segundo Timbane (2013, p. 17), “a língua tem uma função social, o da comunicação, e ela só pode ser compreendida e interpretada dentro do contexto sociocultural.” Ora, o discurso decorrente da edificação do Moçambique pós-colonial considera a urgência da língua portuguesa como meio de integração dos cidadãos no sistema nacional e como facilitador do desenvolvimento das instituições políticas e sociais. Um olhar retrospectivo à época das lutas de libertação nacional neste país identifica o embrião do estatuto de oficialidade do português na nova nação independente.

Percebe-se nos discursos do movimento pós-independência, a partir da década de 70, o reconhecimento da importância dessa língua como fator de unificação nacional; ao passo que ao multilinguismo associavam-se fatores considerados prejudiciais ao desenvolvimento da nação. No entanto, como o português não foi nativizado, isto é, não se tornou língua materna da maioria da população, tampouco as línguas autóctones

africanas foram oficializadas (Firmino, 1996, p. 305). O planeamento da sua aquisição em um sistema educacional, bi- ou plurilíngue, ficou comprometido e não chegou, nas últimas décadas, a um desenvolvimento satisfatório.

Como procedimento metodológico, recorreu-se à análise bibliográfica, baseado na análise e interpretação da literatura já publicada em forma de livros. Por um lado, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2000). Por outro lado, é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados ou leis, em qualquer campo de conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 1978).

Em questões organizacionais, o trabalho encontra-se dividido em quatro grandes partes que incorporam alguns subtópicos. Em primeiro lugar, abordamos a respeito da política linguística, Na parte subsequente, debruçamos acerca da promoção e divulgação da língua portuguesa no período colonial; na terceira parte, tratamos da política linguística durante a guerra e no período pós-independência; por fim, desenvolvemos a seção da elucidação às críticas.

Política Linguística

O termo *política* possui diversas concepções. Geralmente compreendido como a acção de conduzir assuntos públicos de um estado, neste ensaio é adoptado na perspectiva de Rajagopalan (2013, p. 34), que relaciona política à escolha, ao compreender que “todo gesto de cunho político envolve uma questão de escolha – escolha entre diferentes alternativas que se apresentam”. Nesse sentido, existe um agente que toma decisões em níveis variados, podendo ser em instâncias governamentais ou práticas locais e familiares, por exemplo. As políticas linguísticas são, assim, um conjunto de decisões e intervenções com relação às línguas, que envolvem: escolher uma ou mais línguas para exercer determinada função dentro da sociedade ou para serem utilizadas no âmbito familiar, comunitário ou institucional, instrumentalizar uma língua com léxico e gramática e decidir como as línguas serão ensinadas e difundidas.

Para a política de internacionalização, há quatro conjuntos agrupados geograficamente, dada a condição do Português como língua internacional. Cada um desses conjuntos requer uma política linguística específica: uma política europeia, uma política global, uma política no espaço de língua oficial portuguesa e uma política no espaço nacional, focando a internacionalização da Língua Portuguesa e a

internacionalização do conhecimento linguístico. Ou seja, Nos textos de língua portuguesa da especialidade encontramos incluídas Políticas Linguísticas: a Política Linguística propriamente dita e a planificação linguística, estando esta última ligada à primeira. Em Mateus (2010, p. 74), esta sobreposição é bem clarividente, onde se entende a política linguística como “um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua”.

Concordamos com a afirmação pontual de Calvet (2002), que sustenta não haver planificação linguística sem PL, mas pode haver Política Linguística sem planificação, ou seja, sem a sua concretização. Política Linguística (PL) viria a significar, então, em conformidade com o mesmo autor:

O conjunto de escolhas conscientes realizadas no domínio das relações entre língua e vida social, enquanto a planificação linguística seria a materialização da PL, sob forma de equipamento das línguas (escrita, léxico, standardização), de ambiente linguístico, ou, como se designa atualmente, paisagem linguística (o que corresponde à presença ou ausência das línguas, sob forma escrita ou oral, na vida quotidiana) e de diplomas legais. Estes últimos podem apresentar diferentes níveis de intervenção, quer geográfico (internacional, nacional e regional) quer jurídico (leis, decretos-leis, etc). O processo de planificação linguística seria realizado em quatro etapas: a preparação, através do diagnóstico dos problemas numa comunidade linguística; a formalização das decisões tomadas; a implementação das medidas adotadas; [e] a avaliação do efeito dessas medidas no ambiente linguístico (Calvet, 2002, p. 145).

O autor acima referenciado refere que aliar a cultura e a língua no contexto social faz a política linguística, daí que é imperioso que se alia estes aspectos.

Promoção e divulgação da língua portuguesa no Período Colonial

Como já fizemos menção, ao longo dos primeiros séculos da colonização portuguesa em Moçambique, a imposição do português como língua de poder foi imprescindível para que a metrópole colonial mantivesse sua estrutura de dominação. As campanhas militares e a ocupação sistemática de Moçambique pelos portugueses concluem-se na primeira metade do século XX e, nesse período, desenvolvem-se as bases sociais que garantiram a difusão do português em todo o país.

Além da criação, estabelecimento e consolidação do sistema administrativo português, instituiu-se em 1917 o sistema de assimilação, Newitt (1997). De acordo com este autor, o africano que se considerasse “civilizado” devia fazer um exame e responder a certas perguntas, receber em sua casa uma comissão para julgar se vivia como branco,

se comia com talheres, à mesa, se usava calçado e tinha apenas uma mulher. Se aprovado, recebia um “alvará de assimilação” pelo qual pagava meia libra-ouro, Honwana (2010, p. 94). Esses indígenas, com certo nível de educação, faziam a máquina administrativa funcionar e formavam a classe dos *assimilados*.

Para conseguir o estatuto de *assimilado* e obter o direito de cidadão, o africano tinha de atingir os 18 anos de idade; falar correctamente o português; possuir uma profissão ou ocupação que lhe garantisse a si e aos seus o mínimo necessário para viver; “comportar-se condignamente”; possuir um determinado nível de formação e cultura; cumprir escrupulosamente o serviço militar. (Fituni, 1985, p. 55).

Além disso, os assimilados deveriam abandonar os hábitos e costumes locais, como, por exemplo, a poligamia Newitt (1997, p. 442). Em seu livro de memórias, Raúl Bernardo Honwana, que se tornou assimilado em 1931, declara que, apesar de muitos assimilados terem aderido à “portugalidade”, que constantemente os oprimia e agredia, era por um instinto de sobrevivência que os moçambicanos buscavam a assimilação:

A escolarização, nos países coloniais, acontecia exclusivamente em português, para uma minoria rigorosamente seleccionada, servindo fundamentalmente para formar a restrita camada que ajudaria a exploração estrangeira a se perpetuar. A grande maioria dos moçambicanos desconhecia o português e usava as línguas autóctones pra a comunicação. Não apenas na África de colonização portuguesa, mas também nas colónias francesas, inglesas, holandesas, a competência na língua europeia era um passaporte para o prestígio social e para trabalhos melhor remunerados. Logo, as línguas europeias eram vistas favoravelmente, enquanto as línguas africanas eram vistas como inferiores (Obeng & Adegbiya, 1999, p. 356).

Na perspectiva do autor em referência, a língua portuguesa entre outras em colonização, eram ministradas na língua de preferência com identidade a língua do país colonizador. Quanto ao uso das línguas na educação e catequização das missões religiosas, no acordo do Estado colonial com a Igreja Católica estabelecido pelo *Estatuto Missionário*, em 1941, consta que o ensino destinado aos "indígenas" deveria ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e deveria ser em língua portuguesa, Macagno (2006).

Na óptica do autor anteriormente citado enfatiza que, já no período pós-república portuguesa, se instituíra uma legislação concernente às actividades de educação das Missões, proibindo o uso de línguas locais africanas - leis de 1921 e 1929. Em detrimento de outras missões - como as de tipo protestante - a educação indígena ficou nas mãos da

Igreja Católica, perpetuando-se assim o sistema dual do indigenato, desta vez, no âmbito da educação.

Havia dois sistemas educacionais: um para os africanos sob a orientação da Igreja Católica, o *ensino de adaptação* (chamado de "ensino rudimentar" até 1956), e outro para europeus e africanos assimilados, o *ensino oficial*, Macagno (2006). Segundo Teresa Cruz e Silva (1996), durante o Estado Novo, as missões protestantes - especialmente a Missão Suíça - tiveram que criar novas formas e métodos de trabalho para fazer face às barreiras criadas pela legislação vigente. Assim, os missionários protestantes organizaram cursos de alfabetização, trabalho considerado clandestino por causa da utilização de línguas locais, o que não estava legalmente autorizado. Portanto, o português passa a ser o único meio de instrução nas escolas, e, as outras línguas, como reflexo de tribalismo e de indivíduo não civilizado, ou seja, sua estigmatização e inviabilização (Mazula, 1995 p.80). O domínio da LP passa a ser uma marca do estatuto de "assimilado", língua de prestígio e de mobilidade.

Política Linguística durante a guerra e no Período Pós-independência

Quando se deflagraram as guerras de libertação nacional nas colónias de Portugal, a língua portuguesa ganhou outro estatuto nos discursos dos líderes dos movimentos de libertação: facilitar o contacto entre guerrilheiros de diferentes origens étnicas. Aos guerrilheiros moçambicanos, ideologicamente motivados pelo discurso da unidade nacional, era oferecida uma ideia de que a língua seria mais uma das armas de combate contra o inimigo, a mesma língua trazida e imposta por ele. Interessa observar, no projeto político da nova nação, o *locus discursivo*, o lugar de onde se fala, e de que maneira esse lugar constrói uma discursividade historicamente "datada". Assim, a partir do acontecimento histórico da libertação nacional, o estatuto que se confere à língua portuguesa e às línguas autóctones, no contexto da descolonização, e consequente nacionalização do país, inaugura um discurso fundador sobre a sua situação sociolinguística.

A luta armada buscava uma ruptura política com a metrópole. E essa ruptura também se pretendia através da língua, seja ela o português ressignificado, sejam as línguas autóctones agora valorizadas como património. Na base dessa concepção, está a ideia de que uma língua ocidental, europeia, comum a todos os cidadãos, facilitaria não só a unidade nacional, como o desenvolvimento da ciência, a modernização, a inserção na política e no mercado internacionais. É o que defendia, em 1974, Amílcar Cabral, líder

do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em discurso no qual se percebe, na disputa do espaço simbólico entre as línguas africanas e a língua portuguesa, a defesa desta última:

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. [...] É a única coisa que podemos agradecer ao tuga, ao fato de ele nos ter deixado a sua língua, depois de ter roubado tanto da nossa terra. (Cabral, 1976, p. 101).

O autor acima em referência da ênfase a cultura moçambicana, daí qui na perspectiva dos mesmos a língua moçambicana tem como identidade a língua local. “Não há, portanto, antagonismo entre a existência de um número de grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos; juntos reconstruímos o nosso país, criando uma nova realidade, um novo Moçambique, unido e livre” (Mondlane, *apud* Muiuane, 2006. p. 8).

A língua portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando nosso povo na luta pela criação de uma sociedade mais justa, próspera e feliz, a sociedade socialista. A língua portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. (...) É ainda utilizando a língua portuguesa que nos comunicamos com os outros povos do mundo (Discurso da Ministra da Educação e Cultura, 1975, *apud* Firmino, 2002).

Quando a FRELIMO é criada em 1962, juntando vários moçambicanos provenientes de vários pontos do país e trazendo para a FRELIMO grande diversidade cultural e linguística em torno de um objectivo comum - a conquista da independência nacional -, não parecia que haveria outra opção, em termos de escolha de uma língua diferente do português. A “elite” política da FRELIMO estava alfabetizada em português e, assim, poderia melhor articular o seu pensamento político e servir aos interesses da “elite” e, por essa via, aos dos moçambicanos em geral.

No entanto, é preciso saber que durante a luta de libertação nacional, sobretudo nas zonas libertadas, o português não era língua dominante. Também é compreensível. A elite pretendia mostrar que estava junto do povo, falando a sua língua e lutando para defender os seus interesses. Mas, por outro lado, a grande maioria do povo não falava nem fala ainda o português. Assim, as línguas moçambicanas ganham um espaço jamais visto durante todo o período colonial. Era preciso mobilizar as pessoas nas suas próprias

línguas. Criar canções revolucionárias, reinventar novos termos linguísticos para responder às necessidades da guerra.

Os comissários políticos e bons comandantes são notabilizados pelo uso fluente das línguas moçambicanas. Portanto, durante a luta de libertação nacional, inicia uma convivência “institucional” entre a língua do ex-colono e as línguas indígenas, outrora consideradas “línguas de macacos”. Essa acção de complementaridade faz com que a língua portuguesa explore novos domínios para se tornar ainda a única língua de acesso ao saber. Lembre-se que o português está numa situação vantajosa incomparável, relativamente às línguas moçambicanas, preocupação associada ao avanço técnico e científico da nação:

Porque não somos uma ilha, vivemos as pressões e as exigências que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia na nossa época nos impõe, em particular no nosso relacionamento com o mundo exterior. O fato, porém, é que nós somos um país muito atrasado, com um dos níveis de vida mais baixos do mundo. Um país com a esmagadora maioria da população analfabeta. Deste modo, coloca-se um problema: como nos situamos neste mundo? Como fazemos nossos os avanços científicos, técnicos e tecnológicos que a humanidade já acumulou, e são nosso legítimo património, mas tendo os pés bem firmes na realidade concreta do nosso país, tendo a cabeça bem enraizada na realidade social, económica e cultural do nosso povo? (Machel, 1983).

A noção de “educação”, no pós-independência, esteve atrelada ao próprio processo revolucionário que se referia, em geral, à FRELIMO como a “escola” (Marshall, 1985, *apud* Macagno, 2006. p. 11). O “homem novo” deveria abdicar da tradição, do tribalismo e do passado colonial. O desafio era “matar a tribo, para construir a nação”, segundo palavras do próprio presidente Samora Machel. O aparato burocrático da política pós-independência desencorajava o uso das línguas autóctones, não apenas nos sectores do Estado, mas também na atitude governamental de não promoção dessas línguas fora do âmbito regional ou doméstico, ou da alfabetização bilingue às crianças, sob a escusa de que o português seria a língua de união entre falantes com línguas ininteligíveis.

De certa forma, o plurilinguismo, em âmbitos secundários do uso linguístico, favoreceu o monolinguismo nos âmbitos primários, paralelamente a uma mudança no estatuto do português, não mais com a conotação colonial e escravizadora, mas como língua legítima de reconstrução da identidade nacional. Portanto, os dirigentes do Estado pós-colonial viam a promoção das línguas autóctones com extrema prudência, tanto para não se oporem às antigas potências coloniais e aos quadros nacionais aculturados,

quanto para se comprometerem com a unidade nacional, ameaçada por divisões étnicas baseadas no tribalismo.

A política linguística apropriada para Moçambique deverá viabilizar duas realidades aparentemente inviabilizáveis, a saber, “uma sociedade pluriétnica e multilíngue cuja identidade cultural deriva de um património comum dos diversos ramos locais do grupo Bantu” e “a língua de unidade nacional não-moçambicana e, portanto, estranha para a maioria” (Honwana, 1983, p. 30).

O autor acima citado refere que Moçambique é uma sociedade pluriétnica, pressupondo que apresenta várias línguas maternas. No entanto o Português é a língua oficial. Apesar da língua em referência ser da unidade nacional, ela tem influência da colonização portuguesa. Portanto é uma língua estranha como refere o autor.

Elucidação às críticas

À semelhança dos demais países africanos pós-coloniais, Moçambique herdou uma política linguística e cultural europeia significativa, como consequência do processo de colonização, com particular destaque para as áreas social, econômica, cultural e ideológica, por meio da exploração desenfreada dos recursos naturais, implementação de um sistema educacional diferenciado, hierarquização das pessoas em função das suas funcionalidades e (re)utilizações - a coisificação do Homem. Além disso, são também heranças coloniais as formas diferenciadas de acesso aos bens de consumo e de serviços, à educação, à saúde, ao emprego e à habitação condignas à dignidade humana, aliadas à desestruturação sócio-histórica, cultural, político-administrativa e ao apagamento das línguas e culturas locais tendo em vista a alienação individual e coletiva do povo moçambicano.

É nesse sentido que no processo de construção do Estado-Nação, o país, que outrora combatera o sistema colonial português e todas as suas práticas imperialistas, viu-se obrigado a adotar as políticas linguísticas do colonizador, numa decisão político-ideológica que visava consolidar o espírito da luta armada de libertação nacional, salvaguardar as conquistas daí decorrentes, gerar o sentimento de unidade nacional na diversidade, assegurar e consolidar a integração intra e inter-étnica, e gerar um ambiente propício à governabilidade do território, o que resultou na neutralização das línguas bantu como línguas francas de ordenamento sociocultural, linguístico e ideológico das populações, na perspectiva de, entre outras, matar a tribo para fazer nascer a nação. Para tal, era imprescindível massificar o uso da língua portuguesa, vista naquele contexto

histórico, como único meio auxiliador mais eficaz para reduzir semelhanças dentro de um mercado de trocas linguísticas e simbólico-heterogêneas, e gerar um sentimento de pertença à pátria e engajamento na mesma causa nacionalista.

Conclusões

À guisa de conclusão a respeito das Políticas Promocionais e das Estratégias de Divulgação da Língua Portuguesa no período colonial e pós-independência em Moçambique, ficou evidente que, independentemente do uso das línguas locais, a língua portuguesa tem sido fomentada dentro e fora do território moçambicano, visto ser Moçambique um Estado membro da CPLP onde, por conseguinte, existem objetivos comuns concernentes à divulgação internacional do português.

Após a independência de Moçambique, a LP é promovida à língua oficial e transformada em língua de unidade nacional. Verifica-se uma forte expansão de falantes desta língua devido ao alargamento do seu uso a contextos informais e à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70. Sendo Moçambique uma Nação multicultural e multilinguística, hoje a língua portuguesa está em processo de “naturalização”, influenciada e/ou misturada sobremaneira com as línguas vernaculares, distanciando-se do português corrente, numa prática natural de quem a fala ou escreve.

Referências

- CABRAL, A. “A cultura nacional”. In: Comitini, *Carlos de. (Org.). A arma da teoria: unidade e luta*. Vol. I. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CALVET, L.-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.
- CASTRO, I. A Internacionalização da Língua Portuguesa. Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 2009.
- CASTRO, I. As Políticas Linguísticas do Português. In: *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística/APL*. Porto: APL, p. 65-71, 2010.
- FEYTOR PINTO, P. *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: INCM, 2010.
- FIRMINO, G. *A “Questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2006.
- FIRMINO, G. *Situação linguística de Moçambique*. Dados do II recenseamento geral da população de 1997. Maputo, INE, 2001.

FIRMINO, G. *Alguns problemas da normatização do Português em Moçambique*. Limani, Maputo. Vol. 3, 1987. p. 11-25.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2000.

HONWANA, R. B. *Memórias*. Lisboa: Edições ASA, 2010.

KATUPHA, M. "Panorama linguístico de Moçambique e a contribuição da linguística na definição de uma política apropriada". In: Direcção da Associação Portuguesa de Linguística (org.) *Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 317-334. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 1985.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica: Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1978.

MACHEL, G. *Actas do IV Congresso da FRELIMO*. 26 a 30 de abril de 1983. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/>>. Acesso em 01 de Agosto de 2022

NAMBURETE, E. "Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português" In: BASTOS, N. B. (Org.) *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006. p. 63-74.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa América, 1997.

RAJAGOPALAN, K.; NICOLAIDES, C. et. al (Org.). *Política e Políticas Linguísticas*. São Paulo: Pontes, 2013.

TIMBANE, Alexandre A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Linguística e Língua Portuguesa, Araraquara, 2013.

Recebido em: 14/02/2023

Aceito em: 20/05/2023

Para citar este texto (ABNT): NAHIA, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia; DIAS, José Luis. As políticas promocionais e as estratégias de divulgação da Língua Portuguesa no período colonial e pós-independência em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.320-330, mai.2023.

Para citar este texto (APA): Nahia, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia; Dias, José Luis. (mai.2023). As políticas promocionais e as estratégias de divulgação da Língua Portuguesa no período colonial e pós-independência em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial I): 320-330.